Relatório de Actividades e Contas de 2017

confecoop
confederação cooperativa portuguesa ccrl

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

Índice

1. INTRODUÇÃO

2 FUNCIONAMENTO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1 FUNCIONAMENTO DA CONFECOOP

3 LINHAS ORIENTADORAS

3.1 OBJETIVO ESTRATÉGICO - QUALIDADE

3.2 OBJETIVO ESTRATÉGICO – SUSTENTABILIDADE

3.3 OBJETIVO ESTRATÉGICO – PROXIMIDADE

3.4 OBJETIVO ESTRATÉGICO – REALIZAÇÃO

4 MEMORANDO POLÍTICO/ LIVRO BRANCO

5 RELATÓRIO DE CONTAS

6 PARECER DO CONSELHO FISCAL

confecoop
confederação cooperativa portuguesa crl

confecoop
confederação cooperativa portuguesa crl

INTRODUÇÃO

A CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, Ccrl, tem colocado no centro da sua ação o desenvolvimento da intercooperação com o objetivo de reforçar as dinâmicas e mobilização do movimento cooperativo contribuindo para uma confederação forte, interveniente, promotora de modernidade do setor e de afirmação do modelo cooperativo.

Com este objetivo de reforço da visibilidade do movimento, a CONFECOOP tem marcado presença nos distintos fóruns de discussão, assim como, participado no debate alargado sobre a Economia Social e em particular sobre o cooperativismo em Portugal.

Continuámos a reforçar o espaço de representação da CONFECOOP com especial relevância nos ramos cooperativos de serviços, de ensino e de cultura, mediante a entrada de um número significativo de cooperativas na realidade da CONFECOOP, que para além das 3 federações, conta hoje com a participação de 16 novas cooperativas.

A inclusão da CONFECOOP no Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário – Comissão Permanente do Sector Social e Solidário, celebrado pelos Ministérios da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social com as entidades da Economia Social, nomeadamente, Mutualidades, Misericórdias e Instituições de Solidariedade Social, foi uma das mais relevantes ações da confederação em 2017, na medida em que coloca um ponto final na discriminação das cooperativas perante as restantes famílias e o não cumprimentos dos preceitos constitucionais.

FUNCIONAMENTO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

FUNCIONAMENTO DA CONFECOOP

A CONFECOOP tem dado resposta às diversas solicitações internas e externas e pensamos ter adquirido uma capacidade de resposta às solicitações cada vez em maior número resultantes do crescimento da organização, bem como do aumento das solicitações inerentes à participação na CASES, no Conselho Nacional da Economia Social e nos diversos grupos de trabalhos, particularmente, o grupo de trabalho para a Organização do Congresso Nacional da Economia Social e o grupo de trabalho do Estatuto Fiscal do Sector da Economia Social.

A CONFECOOP, em 2017, manteve-se como membro de várias entidades nacionais e internacionais, integrando redes de partilha de diagnóstico, conhecimento e de implementação e ações concretas no cumprimento da sua missão enquanto entidade confederativa.

No plano nacional a CONFECOOP continua a participar de forma ativa no universo da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, particularmente, nas responsabilidades enquanto membro dos Órgãos Sociais desta régie cooperativa, assim como nos diferentes grupos de trabalho constituídos, com especial destaque para a Comissão Organizadora do Congresso Nacional de Economia Social e para a Comissão Instaladora da Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP).

A CONFECOOP participou de forma ativa nas reuniões de preparação assim como na realização do Congresso Nacional da Economia Social Sessão Final, realizado no dia 14 de Novembro, no grande auditório do ISCTE-IUL, em Lisboa, antecedido por quatro sessões temáticas, realizadas de forma descentralizada, no território nacional. Os temas em debate foram de importância central para o sector da Economia Social.

Importa sublinhar, no âmbito da participação da CONFECOOP a subscrição das recomendações resultantes do Congresso Nacional da Economia Social, assim como, a assinatura, do Presidente da Direção com mandato atribuído pela Assembleia Geral, da Carta de Compromisso para a constituição da Confederação da Economia Social Portuguesa.

No CNES – Conselho Nacional para a Economia Social a confederação tem, na qualidade de membro da comissão executiva, participado nas reuniões plenárias realizadas, com especial referência para a reunião plenária realizada no dia 22 de Setembro de 2017, no ISCTE, em Lisboa, que contou com a presença do Senhor Primeiro-Ministro, Dr. António Costa (que presidiu a reunião), do Senhor Ministro do Planeamento e Infra-estruturas, Dr. Pedro Marques, e da Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, Dr.ª Cláudia Joaquim, relativo ao debate público sobre "Estratégia Nacional para o Portugal Pós 2020".

A participação no CES – Conselho Económico e Social tem tido especial interesse tendo sido assegurado a presença nas reuniões dos grupos de trabalho do CEPES para a emissão do parecer quanto às Grandes Opções do Plano aprovado no plenário de CES a 9 de Outubro, realizado na Assembleia da República - Auditório Almeida Santos. Foi assegurado ainda a presença na reunião do Plenário do CES, a 11 de Novembro para aprovação do parecer do CES relativo à proposta do Orçamento do Estado para 2018 ;

A confederação tem participado nas diversas audições realizadas aos parceiros sociais, nomeadamente, na elaboração do parecer subordinado ao tema "Ensinamentos do passado para evitar a severidade das políticas de austeridade na UE", promovido pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE).

Como membro do Centro de Estudos de Economia Pública e Social – CIRIEC Portugal e da sua Direcção, a CONFECOOP participou nas suas actividades com especial destaque para a participação a XV edição do Congresso de investigadores em Economia Social e Cooperativa, realizado nos dias 25 e 26 de Setembro em Valença, Espanha. Continuamos a participar nas atividades e nas reuniões do
Centro de Estudos de Economia Pública e Social – CIRIEC Portugal,

No plano Internacional, a CONFECOOP, integra a ACI – Aliança Cooperativa Internacional; a Cooperatives Europe; a OCPLP – Organização Cooperativista dos Povos de Língua Oficial Portuguesa e a ESMED – Rede Euromediterrânica de Economia Social. Neste quadro, a CONFECOOP, em 2017, na qualidade de membro da ACI, acompanhou toda actividade e disseminou pelas cooperativas a informação relevante produzida. Participámos na reunião com a delegação da China Coop realizada na sede a CONFAGRI.

A CONFECOOP acompanhou as actividades da OCPLP e participou nas reuniões dos Órgãos Sociais de que faz parte, com especial destaque para a participação na Assembleia Geral, no dia 12 de Maio, em Lisboa, na sede da CASES.

A CONFECOOP igualmente acompanhou as actividades da rede ESMED e as iniciativas implementadas, assim como aquelas em que esta participou.

Ainda no plano internacional, foi deliberado integrar a Confederação Europeia de Cooperativas de Industria e de serviços (CECOP) assim como a Organização Sectorial da ACI para a as cooperativas de industria e serviços (CICOPA), uma rede internacional que integra estruturas cooperativas de grau superior (Federações /Confederações) representantes de 32 países.

LINHAS ORIENTADORAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO - QUALIDADE

Com este objetivo estratégico tentámos garantir a qualidade das relações de intercooperação com as filiadas e com parceiros institucionais, assegurando a capacidade de resposta às solicitações internas e externas.

OB1 – Qualidade	Descrição	Indicador de Realização	Indicador de Resultados	Metas	Resultados	Justificação do Desvio
O1 - Gestão Geral dos Serviços	Assegurar a capacidade de resposta dos serviços às solicitações internas e externas com elevado grau de satisfação dos clientes e parceiros	Sistema de Gestão de Qualidade	Avaliação de Satisfação	1	Ver anexo	-
A1 - Sistema de Gestão da Qualidade	Implementar o sistema de Gestão da Qualidade ajustado à realidade Institucional garantindo eficiência e eficácia dos processos internos com elevada satisfação das partes interessadas	Política de Qualidade	Certificação do SGQ	1	Em implementação	A implementação do SGQ é um processo contínuo
A2 - Assegurar as respostas técnicas e normativas	Garantir o cumprimento do quadro legal em vigor e a capacidade de resposta às solicitações e necessidades das filiadas e dos parceiros institucionais	Avaliação de Satisfação	Grau de Satisfação	>80%	Ver anexo	-

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 – SUSTENTABILIDADE

Com este objetivo estratégico tentámos garantir a sustentabilidade da confederação através do cumprimento do projeto de Capacitação Institucional das Organizações que integram o CNES.

OB1 – Sustentabilidade	Descrição	Indicador de Realização	Indicador de Resultados	Metas	Resultados	Justificação do Desvio
O2 - Projeto de Capacitação Institucional	Garantir o cumprimento do projeto de Capacitação Institucional das Organizações que integram o CNES.	Acordo de Cooperação	Relatório de Atividade	1	1	
A3 - Reforço Organizacional	Reforço de RH e aquisição de recursos físicos	Plano de Meios e equipamentos	Número de RH	2	1 (Diretor Executivo)	Manteve-se a decisão de 2016 de garantir um único posto
A4 - Comunicação Organizacional	Desenho de uma estratégia coesa de comunicação direcionada ao universo cooperativo representado e a representar	Plano de Marketing	Relatório de Atividade	1	1	A estratégia de comunicação é um processo contínuo tendo sido implementadas as ações previstas
A5 - Pacote formativo	Estabelecimento de um plano de formação na área da gestão organizacional para Dirigentes e quadros técnicos	Dossiers Técnico Pedagógico	Ações de formação	>5	2	Foi implementado o plano de formação em Gestão Organizacional em articulação com a FENACERCI na qualidade de entidade formadora certificada pela DGERT

A6 - Base de Dados	Desenvolvimento de uma base de dados representativa de todas as organizações representadas e a representar pela CONFECOOP	Relatório de atividade	Base de dados	1	1	Contratualizada a base de dados com a plataforma AIDHOUNDS
A7 – Representação	Presença de dirigentes e técnicos em reuniões, eventos e organização de conferências, seminários, mesas redondas que versem o movimento cooperativo e a sua dinâmica relacional com o contexto social, politico e económico, assim como, garantir a participação nos principais fóruns de discussão e decisão (CNES, CES, CIRIEC,CASES, ACI, ESMED)	Relatório de atividade	Registo de presença	>5 Presenças nacionais >2 Presenças internacionais >2 Eventos	29 presenças Nacionais 4 presenças internacionais 10 eventos	Esta atividade foi amplamente ultrapassada devido à presença da CONFECOOP nos diversos espaços de representação, contribuindo assim, para afirmação e visibilidade da organização
A8 - Polos descentralizados	Constituição de gabinetes de empreendedorismo cooperativo	Relatório de execução	Número de Gabinetes	3 Gabinetes	1 Gabinete	A implementação do projeto de Capacitação institucional teve uma reprogramação devido aos atrasos de aprovação por parte do POISE.
A9 - Avaliação externa	Aquisição de serviço técnico especializado para a realização da avaliação das metodologias aplicadas e da ação	Avaliação de Satisfação	Grau de satisfação	> 80%	100%	

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 – PROXIMIDADE

Com este objetivo estratégico tentámos garantir uma relação de proximidade às filiadas e aos parceiros institucionais e promover o alargamento do espaço de representação cooperativa.

OB3 –Proximidade	Descrição	Indicador de Realização	Indicador de Resultados	Meta	Resultados	Justificação do Desvio
O3 - Promover a qualidade de proximidade do trabalho	Assegurar proximidade às filiadas e parceiros institucionais	Avaliação Externa	Relatório de Atividade	1	1	-
A10 – Consolidação da relação m FENACERCI, FENACHE, FENACOOP	Envolver as filiadas na concretização dos objectivos e garantir a representação institucional	Avaliação Externa	Grau de satisfação	>80%	Ver anexo	-
A11 – Promover o alargamento do espaço de representação cooperativa	Concretizar a entrada de cooperativas ou federações contribuindo para o alargamento da representação cooperativa	Filiação	Aumento de filiadas	>3	15	A meta desta atividade foi amplamente ultrapassada o que permite uma maior representatividade e maior capacidade de negociação da confederação
A12 – Participação ativa ao nível da representação nacional	Garantir a presença ao nível da representação nas diferentes estruturas e fóruns de discussão	Relatório de Atividades	Número de participações	>10	29	Nestes resultados não estão incluídas as participações nas reuniões da CASES e dos grupos de trabalho do CNES.

A12.1 – CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	Garantir a continuidade no trabalho desenvolvido na representação dos interesses das cooperativas e participação nos Órgãos Sociais.	Relatório de Atividade	Número de participações	>2	17	
A12.2 – CNES – Conselho Nacional para a Economia Social	Garantir uma participação ativa e promover a aproximação às outras áreas da economia social	Relatório de Atividade	Número de participações	>2	2	
A12.3 - CIRIEC/Portugal	Garantir o acompanhamento dos trabalhos, iniciativas, conferências, estudos e participação nos Órgãos Sociais, entre outros	Relatório de Atividade	Número de participações	>2	7	Para além das reuniões regulares de direção a CONFECOOP participou no Congresso em MANAUS e em VALENCIA
A12.4 - CES- Conselho Económico e Social	Participar nas sessões plenárias e nas Comissões especializadas, em Seminários e em grupos de trabalho. Debater a participação na Comissão Permanente Concertação Social.	Relatório de reuniões	Número de reuniões	>2	5	
A12.5 - Fórum Permanente Assuntos do Mar	Representação: participação nos Seminários e acompanhamento dos trabalhos	Relatório de Atividade	Número de participações	>2	0	Não houve atividade do Forúm
A12.6 Reunião CONFAGRI	Solicitar marcação e reunião para discussão de assuntos de interesse das Confederações, nomeadamente a reativação do Fórum Intercooperativo.	Relatório de reunião	Número de reuniões	1	1	Manteve-se o debate em redor da constituição da Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP)

A13 – Participação ativa ao nível da representação transnacional	Garantir a presença ao nível da representação nas diferentes estruturas e fóruns de discussão	Relatório de Atividades	Número de participações	>4	4	Presença em Vigo, em Valença, em Manuas e em Valencia
A13.1 - ACI – Aliança Cooperativa Internacional	Regularização das quotas da ACI, em conjunto com a CONFAGRI e CASES. Participar nas iniciativas e objetivos da ACI.	Relatório de Atividades	Número de participações	>1	0	
A13.2 - OCPLP – Organização Cooperativista dos Países de Língua Oficial Portuguesa	Analisar a informação, dar resposta a solicitações de interação/cooperação, participar nas Assembleias-gerais, em Seminários e em grupos de trabalho.	Relatório de Atividades	Número de participações	>1	1	Participação na AG em Lisboa
A13.3 - Cooperatives Europe	Participar nas reuniões ordinárias agendadas, reuniões de trabalho e conferências e disseminar informação produzida	Relatório de Atividades	Número de participações	>1	0	Divulgámos a informação disponibilizada pela organização, no entanto, por razões orçamentais não participámos presencialmente nas atividades
A13.4 - Rede ESMED – Rede Euro Mediterrânea de Economia Social	Participar nas reuniões ordinárias agendadas, reuniões de trabalho e conferências e disseminar informação produzida	Relatório de Atividades	Número de participações	>1	0	Divulgámos a informação disponibilizada pela organização, no entanto, por razões orçamentais não participámos presencialmente nas atividades
A14 - Comemoração do Dia Internacional das Cooperativas	Colaborar com a CONFAGRI e CASES na oganização do Dia Internacional da Cooperativas	Relatório de Atividade	Número de Atividades	1	1	Realizámos em Peniche em cooperação com a CERCIPENICHE e a Mútua dos Pescadores, o Dia Internacional das Cooperativas com a participação do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 – REALIZAÇÃO

Este objetivo estratégico permitiu contribuir para a concretização das políticas, estratégias e objectivos definidos e aprovados em Assembleia Geral, assim como, assegurar a execução das atividades e controlo da gestão orçamental.

OB4 – Realização	Descrição	Indicador de Realização	Indicador de Resultados	Metas	Resultados	Justificação do Desvio
O4 – Executar o plano de actividades, orçamento e gestão de instalações e equipamentos	Assegurar a execução das actividades do plano e garantir o controlo da gestão orçamental.	Plano de Atividades e Orçamento	Relatório de Atividades Relatório de Contas	1	1	
A15 – Plano de Atividades	Garantir o cumprimento das actividades previstas no plano aprovado em AG	Relatório de Atividades	Realização de actividades	> 80%	90%	
A16 – Orçamento Anual	Garantir o controlo orçamental aprovado em AG	Relatório e Contas	Execução orçamental	> 90%	90%	Com a execução do projeto POISE garantimos a execução de 90%
A17 - Plano gestão ambiental nas instalações e equipamentos	Definir um plano de gestão das instalações, dos meios e equipamentos	Relatório de Atividades	Número de reparações	< 5	Em implementação	
A18 – WORKING PAPER	Elaboração de Documento de suporte e enquadramento das principais prioridades, preocupações e ambições da CONFECOOP, particularmente em matéria legislativa	Documento	Número de Documentos	1	Em implementação	

A19 – Grupos Parlamentares	Reunir com grupos parlamentares	Relatório de Reunião	Número de reuniões	7	Em execução	Em 2017 os contatos com grupos políticos foram realizados de forma informal no decorrer das sessões temáticas e no Congresso Nacional da Economia Social
A20 – Comissões Assembleia da República	Solicitar audiência com Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa; Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas; Comissão de Trabalho e Segurança Social; Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação;	Relatório de Reunião	Número de reuniões	4	Em execução	Em 2017 os contatos com grupos políticos e comissões da AR foram realizados de forma informal no decorrer das sessões temáticas e no Congresso Nacional da Economia Social
A21 – Tutela	Solicitar audiência com Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Economia ; Ministério da Educação	Relatório de Reunião	Número de reuniões	2	Em execução	Em 2017 os contatos a com Tutela foram efetuados de forma direta por via telefone e email

MEMORANDO POLÍTICO/ LIVRO BRANCO

Estatuto do regime Fiscal e Código Contributivo

Não existe justificação para o estatuto fiscal das cooperativas ser igual ao das sociedades comerciais. A CONFECOOP continua a defender junto do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e dos Grupos Parlamentares (GP) que seja elaborado, discutido e aprovado um Estatuto Fiscal para as Cooperativas ou para a Economia Social, que nomeadamente respeitando os preceitos constitucionais "definirá os benefícios fiscais e financeiros das cooperativas".

Código Cooperativo

Analisar a posição do Procurador Geral da República relativo à posição da não Insconstitucionalidade. Mantemos a mesma posição em relação às normas do Código Cooperativo para que a Assembleia da República as venha a anular.

Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora

Suscitar a Insconstituicionalidade. Envio de carta a solicitar parecer jurídico à CASES sobre a contradição entre o RJASR e o Código Cooperativo e discriminação das cooperativas relativamente às sociedades anónimas.

Exemplos:

- Uma cooperativa de seguros pode transformar-se em sociedade anónima

- Os capitais mínimos 2 milhões e meio para os ramos de saúde e trabalho. As cooperativas (Mutuas) têm que ter capital mínimo 3 milhões e Setecentos e cinquenta mil euros,

Legislação produzida pela Assembleia da república mas contraditória

CES - Comissão Permanente de Concertação Social.

Participação no Conselho Económico e Social (CES) e nas suas comissões especializadas, prosseguindo os seus esforços para que seja reconhecida a legitimidade de participação da Economia Social numa Comissão Especializada da Economia Social com estatuto semelhante à Comissão Permanente da Concertação Social.

Conselho Nacional para a Economia Social

Pugnar para que o Governo reconheça o CNES, e as organizações da Economia Social que o integram, a base de análise e parecer obrigatório para toda a intervenção legislativa que interfira com a Economia Social.

Capacitação das Organizações

Defender a necessidade de o Estado apoiar a qualificação e o desenvolvimento das organizações representativas da Economia Social, conforme refere expressamente o artº82 da Constituição da Republica.

Década Cooperativa

Manter o objetivo para que seja estabelecido um plano de trabalho conjunto para o Sector Cooperativo, com a Cooperativa António Sérgio para Economia Social (CASES) e com a CONFAGRI, dirigido a todas as cooperativas, visando a divulgação da década cooperativa declarada pela Assembleia Geral da ACI e os seus objetivos.

Crédito e Financiamento

Defender a necessidade de que sejam criadas "condições mais favoráveis à obtenção de crédito e auxílio técnico", o que implica políticas públicas apropriadas, dada a realidade do nosso sistema financeiro e a falta de meios, nomeadamente da CASES e estruturas de representação das cooperativas, quanto ao auxílio técnico. Uma missão clara e prioritária para o BANCO Público (CGD)

ESTATUTO DO AUTOR

“Tal como em outros países, também em Portugal existem muitos autores que dedicaram a sua vida profissional à criação intelectual. Contribuíram, por vezes de forma muito significativa, para o desenvolvimento da cultura no nosso país e para o aprofundamento da nossa identidade cultural.

São autores das mais diversas áreas da criação intelectual, que viveram sempre dos rendimentos auferidos como contrapartida das autorizações que concediam para que terceiros pudessem usufruir do resultado da sua capacidade criativa.

Porém, infelizmente, por diversas razões, alguns desses autores deixaram de ter rendimento disponível que lhes permita viver com o mínimo de dignidade que merecem, e que lhes é devido, não obstante continuarem a exercer a sua actividade criativa, bem como as suas obras, mais e menos recentes, continuarem a poder ser usufruídas por todos.

É, por isso, urgente a criação de um conjunto de benefícios com impacto, directo ou indirecto, no rendimento disponível, seja na área fiscal, seja através da atribuição de subsídios ou outros instrumentos possíveis, como forma de responder às necessidades de pessoas que contribuíram decisivamente para a criação cultural no nosso país. É, assim, necessária a criação de um “Estatuto do Autor”, pelo qual sejam definidos os benefícios a atribuir aos autores, bem como as condições que eles deverão reunir para beneficiar do regime que vier a ser estabelecido neste “Estatuto do Autor”.”

- Organização Cooperativa do Países de Língua Portuguesa /Lusofonia

Apostar na cooperação entre entidades membros da Organização Cooperativa do Países de Língua Portuguesa, particularmente no reforço na área do Ensino, da formação e de parcerias bilaterais, contribuindo para o fortalecimento da intercooperação no espaço da lusofonia.

- Cooperação Ibero-America

Reforçar as relações bilaterais no espaço ibérico e apontar com estratégia a partilha de conhecimento, desenvolvimento e implementação de projetos de dimensão transnacional em particular o reforço da cooperação ibero – americana.

- Confederação da Economia Social Portuguesa

Acompanhar a constituição da Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP) mediante uma participação ativa na construção do debate e pugnar por um espírito de maior abertura acolhendo todos os que manifestarem interesse, desde de que cumpram os requisitos definidos estatutariamente. Reforçar a importância do equilíbrio político e a definição do papel da CESP no âmbito do CES e particularmente, em matéria de concertação social, caso venha a integrar a Comissão Permanente da Concertação Social.